
A POLÊMICA DA AMAZÔNIA

Ney Coe de Oliveira

Subdiretor da Escola
de Pós-Graduação em Economia da
Fundação Getúlio Vargas

Parece que retorna, revestido agora de nova roupagem, aquele movimento mundial pela "internacionalização da Amazônia", iniciado na década de 50, encabeçado pela Europa, com ecos e repercussões nos Estados Unidos.

A questão da ocupação da Amazônia ganhou amplo espaço não apenas na **comunicação nacional**, mas também no exterior. Nossas entidades de defesa do meio ambiente, declarações de políticos e autoridades sobre as agressões à floresta amazônica, como sobre matança de índios, invasões de "posseiros" e de outros intrusos, assassinatos de ecologistas, desleixo e/ou incompetência de nossos órgãos de tutela e proteção etc., tudo isso (em tempo relativamente curto) contribuiu para essa "onda" de denúncias e protestos, aqui e lá fora, de tal forma que o BIRD, pressionado inclusive por políticos e autoridades americanas, suspendeu, retardou e condicionou empréstimos (já autorizados) para projetos brasileiros na própria Amazônia. Até o **governo japonês** acaba de sofrer pressão direta do presidente americano para não liberar empréstimos que sejam usados na construção da estrada que ligaria o Acre ao Peru (BR-364), que já está em construção (com a ajuda, ainda

sem desembolso, do BIRD), por onde se pretende exportar produtos agrícolas para a Ásia (Japão, China, Formosa, etc).

Embora não seja fácil apontar **concretamente** erros insanáveis na ocupação da Amazônia (sobretudo nestas três últimas décadas), levando em conta a necessidade de sua ocupação e do aproveitamento de seus recursos, não é difícil constatar que houve certa precipitação nesse processo, falta de conhecimento e planejamento suficientes, descontinuidade de recursos financeiros, abandono de projetos mal iniciados, certo desleixo ou incúria brasileiros, certos exageros e até cobiça desmedida...

Hoje, se torna mais fácil uma **revisão geral** de toda essa questão, convocando a participação da comunidade **técnico-científica do país**, entidades ecológicas e preservacionistas, inclusive representantes dos vários grupos sociais existentes na Amazônia. Se no passado a definição de políticas para essa região foi engendrada em gabinetes e comissões fechadas, hoje o Brasil pode tratar do assunto às claras e com liberdade de opiniões. O que se quer é que essa questão seja tratada com seriedade, competência e perseverança; não com leviandade,

exageros, paranóia ou propósitos escusos...

É evidente que a **exploração dinâmica, racional e sustentada** dos recursos naturais (sobretudo dos não-renováveis) se contrapõe à **exploração predatória, liquidante e nômade**, que suprime toda e qualquer atividade florestal ou mineradora.

E esse debate e suas providências devem vazar-se sob a luz e a ótica dos interesses nacionais.

Problemas como construir barragens e hidroelétricas, abrir ou não estradas, abandonar determinada exploração agropecuária tida como inadequada, demarcar prováveis ou possíveis áreas indígenas, disciplinar a exploração madeireira e mineral, coibir, restringir ou condicionar atividades garimpeiras etc. são **definições e atitudes** a serem tomadas pelos interessados diretos: os brasileiros.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA GEOGRAFIA AMAZÔNICA

Segundo a **geografia econômica da Amazônia** (Banco da Amazônia, Belém-PA, set/73), a **Amazônia legal** constitui 59% do território brasileiro e corresponde a 65% da **Amazônia Continental** (onde estão a boliviana, colombiana, peruana, guianense, venezuelana, surinamense, equatoriana e franco-guianense, nesta ordem decrescente).

Com 11.248 km lineares de **fronteiras internacionais** (imagine-se a dificuldade de controle

brasileiro), este imenso território reflete sua excepcional posição na América do Sul, contando ainda com 1.482 km de costa marítima, o que, na prática, a **Marinha Brasileira** não pode controlar.

Assim, a área total da nossa **Amazônia legal** abrange cerca de 4.990.530 km², integrada pelo Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e de Goiás (hoje Tocantins).

Nesta imensa área (mais da metade de todo nosso território) estão situados apenas 342 municípios, alguns bem maiores que muitos estados brasileiros e nações européias.

As unidades de relevo e solo da Amazônia legal são extremamente discrepantes: quer pela aparência geofísica, quer pelos solos que contêm, onde predominam as planícies e os baixos platôs, ao lado de depressões, chapadões e até serras. Este contraste tem seus extremos no Monte Roraima (2.875m) e Pico da Neblina (3.014 m) e nas terras baixas das chamadas "várzeas e igapós", com apenas 8 a 10 m de altura, em relação ao nível do mar.

De acordo com a natureza geofísica, os solos da Amazônia (até agora conhecidos) se classificam em dois tipos principais:

- a) solos de **terra firme** (terras altas, fora das enchentes e das marés), constituindo o **baixo platô**, de formação em geral terciária: cerca de 28.000 km² conhecidos e estudados;

b) solos de várzeas (terras baixas, sujeitas às inundações e marés) constituindo as planícies inundáveis (onde são impossíveis as queimadas), inaproveitáveis para a agricultura e o pastoreio permanentes, pertencentes ao período quaternário atual: já conhecidos e estudados cerca de 75.000 km². Provavelmente, os restantes 4.887.530 km² apresentam fundamentalmente as mesmas características e proporções dessas amostras.

De modo geral, ambos os tipos são solos sujeitos à **lixiviação** (lavagem de suas substâncias nutritivas) dificultando a retenção de nutrientes, que são capturados e mantidos através do ciclo ou rodízio biológico constante.

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Algumas atividades agropecuárias se têm desenvolvido em várzeas do Baixo Amazonas (pimenta-do-reino, juta e gado) e, sobretudo, em seu estuário (gado, arroz e cana-de-açúcar), ficando sempre incólume, em sua grande extensão, a floresta virgem. Há atividades agropecuárias (em geral, domésticas) ao longo dos núcleos populacionais mais desenvolvidos, que sobretudo margeiam a Belém-Brasília e a Transamazônica: não mais do que 50 microrregiões, com mais de 30 mil habitantes cada.

Até 1987, haviam sido detectadas (no Pará, Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso) 23 "madeireiras", sendo apenas 9 legal-

mente constituídas, fiscalizadas e controladas pela União (inclusive pelo IBDF): as demais eram clandestinas, algumas negociando inclusive carvão vegetal.

Quanto à mineração, segundo estudo anterior (**Produção perspectivas do ouro brasileiro**, IBGE/FGV, Rio, agosto/86), operavam na Amazônia legal, até 1986, 12 empresas mineradoras (a maior parte dedicada à extração de ouro), embora outras 18 já tivessem desistido dessa empreitada.

Entretanto, constataram-se 27 áreas ou regiões sujeitas à ação dos **garimpos controlados** (Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima) e muitas dezenas de garimpos **clandestinos** (não licenciados nem controlados pelo DNPM). A propósito, conviria ressaltar que, além das agressões ao meio ambiente (inclusive pelo uso do mercúrio), os habituais descaminhos de ouro procedem dos garimpos, até mesmo dos controlados pelo DNPM. As razões são várias: as facilidades do contrabando; a dispersão dessa massa de garimpeiros (provavelmente, mais de 250 mil), inclusive por regiões inóspitas; seus baixos padrões de instrução; interferência ou participação de "proveitadores" (inclusive estrangeiros); baixo nível de compra do ouro pelo Banco Central (ou CEF) com redução das margens de lucro; impostos; conivência de políticos, autoridades etc. Este, talvez, seja assunto mais grave do que o próprio desmatamento (cerca de 35.000km², sendo que, sobretudo em Roraima, cerca de 1.100 km² já se reconstituíram de alguma forma nesses

últimos 30 anos), porque esse tipo de agressão à geologia e à riqueza mineral é irreversível. Para se ter uma idéia da gravidade da ação garimpeira na Amazônia, bastaria ressaltar:

- a) só na região de Serra Pelada, por onde passaram mais de 100 mil garimpeiros, as agressões à natureza tornaram-na de fato um "sítio pelado": semelhante às crateras da lua..., além de terem desperdiçado cerca de 1/3 do minério removido e, sobretudo, vendido pelo menos metade do produto ilegalmente (inclusive com exportação clandestina);
- b) segundo estudos anteriores (produção e perspectivas do ouro brasileiro, Rio, EPGE/FGV, agosto/86), calculamos que, entre desperdício e descaminhos do ouro, as perdas em 12 anos (1972/83) montavam a cerca de 403 ton. de ouro, no valor de US \$ 5,4 bilhões, ao preço médio internacional (de 1983) de US \$ 423,68/ oz. tr.

DUAS POSIÇÕES OPOSTAS

Enquanto a FAO, em seu Plano de Ação das Florestas Tropicais, se opõe à situação estática (imobilismo), divulgando processos de controle, administração e aproveitamento racional dos recursos florestais, mantendo inclusive "sítios importantes" para a preservação das espécies, o chamado **World Rainforest Movement** (Movimento Mundial das Florestas Úmidas), constituído por entidades e

associações privadas (imprensa, sociedades ecológicas, políticos e grupos empresariais) propõe "estatizar" as florestas tropicais num primeiro passo, para depois advogar sua internacionalização, retirando-as da propriedade, uso e benefício de seus habitantes.

Por outro lado, enquanto no Brasil e no exterior prega-se, sob várias formas, uma situação estática ou imobilismo da Amazônia, a ONU, através de Comissão Mundial para Preservação e Desenvolvimento dos Recursos Naturais, alerta autoridades, ambientalistas e instituições sobre as agressões aos recursos naturais, mas defende o aproveitamento e o desenvolvimento desses recursos, dentro de um modelo racional e sustentável. ("Our Common Future", Oxford/ New York, Oxford University Press, 1987). Aliás, esse trabalho da ONU se preocupa especialmente com os benefícios das gerações futuras, que não poderiam ser privadas dos recursos naturais que agora esbanjamos.

OS ECOLOGISTAS DO DEBATE AMAZÔNICO

Há vários tipos de ecologistas (aqui e no exterior) empolgados pela preservação da Amazônia, entre os quais não é difícil identificar:

Os "verdes" naturalistas, convictos e sinceros, aqui e no exterior, embora alguns exagerados e até fanáticos... nem sempre suficientemente convictos de modo a abandonar os benefícios da vida moderna e internar-se nas florestas...;

Os "verdes" românticos, em geral artistas, jovens e estudantes, liberais "et similia", embora para alguns seja isto um "modismo" ou um meio a mais de simpatia, prestígio ou notoriedade;

Os "verdes" oportunistas que, sem convicções e sinceridade, defendem a preservação da natureza ou para sua possível platéia de eleitores ou para uma possível internacionalização desses recursos, temendo até uma eventual concorrência futura...;

Há, finalmente, os "verdes" sensatos, naturalmente criteriosos o suficiente para condenar todos os abusos contra a natureza (em particular, as depredações da Amazônia), sem que, entretanto, condenem o **aproveitamento racional e controlado** desses recursos em benefício da sociedade: felizmente, existem muitos brasileiros e estrangeiros desse tipo "verde".

Para qualquer desses grupos, deveria ficar claro que:

A Amazônia legal é território brasileiro, e sua tutela, preservação e administração é **problema brasileiro**, que não pode ter ingerência estrangeira, nem mesmo a bem intencionada;

A Amazônia brasileira não pode ser **condenada ao imobilismo**, sem os benefícios da incorporação de seus habitantes à vida da sociedade moderna, que vai se desenvolvendo no país, nem o Brasil pode prescindir de seus enormes recursos naturais;

A natureza e o meio ambiente devem ser respeitados, tutelados e preservados para **benefícios globais** da sociedade, e não concebidos como "entidades intocá-

veis", que gozem do privilégio inerente ou natural da imunidade ou do imobilismo;

Na verdade, deve-se condenar tanto os **xenófobos** quanto os **ecomaníacos** e os **aproveitadores** ou **oportunistas**...

INTERROGAÇÕES E PERPLEXIDADES, EXAGEROS E EQUÍVOCOS

Quais das nações desenvolvidas (da OECD ou do Clube de Paris), para não comprometer o meio ambiente, deixariam de aproveitar (se lhes pertencessem) as reservas florestais e minerais da Amazônia? Além de mais de 30 espécies de madeiras-de-lei, já foram detectadas (e algumas em exploração) reservas de ouro, ferro, cassiterita, bauxita, cobre, titânio, manganês, linhito, cromita, níquel, nióbio, gipsita, caulim, salgema, diamante, minerais radioativos, etc. (**Amazônia, potencial mineral-perspectivas de desenvolvimento**, Breno Augusto dos Santos, São Paulo: T.A. Queiroz, 1983). Para se ter uma idéia dessa riqueza, veja-se a **fortuna de Carajás**, que a Vale do Rio Doce SA (estatal) está aproveitando em benefício do Brasil e, em particular, do Norte e do Nordeste; e isto, sem comprometer o meio ambiente; pelo contrário, seu sistema de reparos, preservação e monitoramento não tem paralelo nem na África do Sul (RAS).

Isto teria ocorrido também em **Serra Pelada** (reserva da CVRD) se os garimpeiros (apoiados por políticos e autoridades) não tivessem tomado conta do lugar e

feito o que lá deixaram: terra arrasada...

Por que os governos dos países mais desenvolvidos, suas instituições públicas e privadas, sobretudo a "World Rainforest Movement" e a Associação Mundial de Ecologia não protestam contra a **exploração mineral intensiva** (até mesmo do minério de ouro de de baixo teor) que se processa hoje na República da África do Sul e na Austrália? Por exemplo, na RAS, entre as 50 maiores companhias mineradoras do mundo, trabalham 33 empresas (subsidiárias ou com participação de capital) dos USA, da Inglaterra, do Canadá, Alemanha, do Japão e da Noruega, e onde cerca de 60% de suas riquezas minerais já foram extraídas e cerca de 25% de suas zonas minerais esburacadas... O mesmo ocorre, em escala menor, na Austrália, no Canadá e nos próprios Estados Unidos.

Como a Amazônia está sendo depredada ou arrasada (conforme o jornal "Il Popolo", de Roma), se cerca de 90% da floresta não está apenas intacta: ainda é virgem? Não foi pisada por pé humano, nem mesmo dos índios (que não chegam a 200 mil). As imagens do LANDSAT não são adequadas para identificar o resultado das queimadas, apenas os **focos acesos**. Assim, são discutíveis os dados do INPE a tal respeito; os mais próximos da realidade são os do Instituto de Pesquisas da Amazônia e os do BASA: cerca de 35.000 km² queimados. Mas o que isto representa para os 4.990.530 km² da Amazônia legal, ainda que cerca de 400.000 km² sejam rios, lagos, cidades e vilas, estradas, pastos, campos

agrícolas etc? São apenas 9%. Os atuais projetos (abertura de estradas, construção de hidroelétricas etc) não afetarão a imensa reserva florestal amazônica: no seu conjunto, atingiriam no máximo 0,2% dessa área.

Por que as nações mais ricas (por segurança ou por qualquer outro motivo) desejariam a internacionalização da Amazônia ou, pelo menos, a participação política ou jurídica em sua administração, sem antes resolverem outros problemas mais graves da humanidade? Por exemplo, a miséria e a fome (Biafra, Etiópia, Bangladesch etc), as guerras locais, e até mesmo o "sufoco das nações mais pobres", atoladas em sua dívida externa? Pobreza, miséria, injustiça, conflitos regionais, deteriorização do meio ambiente interagem de modo complexo e poderoso. E, com frequência, a **escassez, a deteriorização da base natural de recursos** ou sua **incapacidade de prover a sociedade** estão entre as causas subjacentes dos conflitos internos e externos.

A ONU, através de sua Comissão Mundial de 22 membros (de 20 nações) que trabalharam sobre temas do meio ambiente e desenvolvimento das nações ("Our Common Future", Oxford/New York, Oxford University Press, 1987, traduzido, publicado e difundido pela FGV), trata longa e habilmente da necessidade da preservação dos recursos naturais, para **benefício desta e das gerações futuras**. A página 293 (Edição brasileira, da FGV, 1988) diz: "A administração dos **bens comuns** (da humanidade) é compartilhada

internacionalmente: os oceanos, o espaço cósmico e a antártica". Não se inclui aqui a Amazônia, como pretende o Senador Kasten, dos Estados Unidos. Como propor (conforme revista inglesa) compartilhar da administração da Amazônia por ser esta bem comum à humanidade, "tal como são o ozônio, as chuvas, o oxigênio" etc? Será que pretendem transformar a Amazônia num "Golfo Pérsico Verde?"...

Na verdade, aliás de acordo com o citado Relatório da ONU, "entre os perigos que ameaçam o meio ambiente, o mais grave é sem dúvida a possibilidade de uma guerra nuclear" (Cf. p. 325). E isto está apenas nas mãos das grandes potências, que continuam com suas experiências atômicas, fabricação de artefatos, seu armazenamento e bases de lançamento. Os demais países têm apenas o direito "romântico" de protestar: jamais impedir ou de alguma forma participar de seu controle.

Esse mesmo Relatório da ONU (p. 325) diz sabiamente: "Mas um enfoque abrangente da segurança internacional e nacional deveria ir além da ênfase tradicionalmente dada ao poderio militar e à competição armada. As verdadeiras fontes de insegurança englobam também o desenvolvimento não sustentável, cujos efeitos podem vir a misturar-se com formas tradicionais de conflito, tornando-se mais amplos e mais graves". E que nação, tendo os recursos da Amazônia, deixaria de procurar seu desenvolvimento sustentável, servindo-se também dessa riqueza? Por exemplo, que fizeram os USA

de suas florestas nos séculos XVIII e XIX?

Por que o último número do *The Economist Newspaper* (London, Febr. 18-24, 1989) insinua maliciosamente que as florestas úmidas das Filipinas estão sendo tratadas como as brasileiras? O seu "Correspondente" de Manila jamais esteve no Brasil, muito menos na Amazônia... É este o resultado da propaganda difusa... E por que não se protesta, no exterior, contra o resultado desastroso de projetos estrangeiros na Amazônia, como os de Fordlândia e de Jari? Como "The New Yorker" e o "Wall Street Journal" ainda têm coragem para ironizar essa que chamam de "ambição brasileira"? Esta é uma "ambição" sobre seu território; outras nações poderosas "ambicionam" terras alheias..., inclusive anexaram.

As nações mais industrializadas da Europa e os Estados Unidos, no passado, destruíram suas florestas e provocaram guerras de extermínio (inclusive de índios) e, neste século, fabricaram armas atômicas e biológicas (que foram usadas), lançaram rejeitos radioativos nos mares, alugaram ou compraram grandes áreas em nações pobres (p. ex., na Guiné Bissau) para "depósitos permanentes de seu lixo industrial", poluíram a atmosfera com gases de suas fábricas, provocaram o chamado "efeito estufa", procederam à matança indiscriminada de cetáceos, focas, ursos e arminhos, armaram guerrilheiros e "contras", comprometeram a camada de ozônio, tiveram Corporações mineradoras que depredaram a Bolívia, a Áfri-

ca, a Austrália, etc. Não seria o caso de lembrar o velho provérbio latino, "Medice, cura te ipsum.!" (Médico! Antes de tudo, cuida de ti mesmo!) Aqui, bandoleiros ignorantes matam, em pequena vila, um "Chico Mendes"; noutras terras, em pleno asfalto, racistas fanáticos matam um "Luther King"...; aqui, junto às florestas, "posseiros" e marginais ameaçam seringalistas; noutras terras, em plena "urbs", grupos de cidadãos organizados (Ku-Klux-Klan) ameaçam bairros inteiros de negros... Mas isto tem um nome: hipocrisia...

Que se saiba, não há nas nações desenvolvidas (que pretendem a tutela da Amazônia) qualquer instituição realmente especializada e com experiência nesta área, embora com massa crítica científica boa, ao contrário do que nelas ocorre com relação às regiões geladas. Assim, embora possuam cientistas e técnicos (que aqui trabalharam ou estagiaram), a **problemática global amazônica** é conhecida mesmo por instituições brasileiras, que não operam satisfatoriamente por falta de definições, empenho ou apoio governamentais e, sobretudo, de recursos financeiros permanentes ou sistemáticos. No exterior, alguém tem idéia dos custos desta preservação?

Quanto aos exageros e equívocos, conviria observar:

Há que se distinguir **reservas renováveis e não renováveis**: as primeiras são, teoricamente, inesgotáveis, se exploradas racional e tecnicamente; as segundas, embora finitas, são substâncias indispensáveis à indus-

trialização sustentada: seus benefícios e efeitos são de tal ordem, que tornaram o mundo moderno **estruturado materialmente** sobre a economia mineral.

Como admitir que medidas proibitivas ou restritivas internacionais (como p. ex., a pesca, a exploração econômica da Antártica) sejam **liminarmente** aplicadas sobre outros setores ou recursos nacionais, por exemplo, os recursos florestais e minerais da Amazônia, cujos benefícios continuam sendo postos à disposição dessas mesmas nações querelantes?

Como admitir uma **pressão internacional**, partida inclusive de autoridades estrangeiras (a brasileira é mais fruto de romantismo, boa-fé, desinformação ou ignorância) contra qualquer atividade econômica racional ou fomento adequado de riquezas, que estejam em intenções, projeto ou implantação na Amazônia? E isto "a priori", sem conhecimento e exame?

Como aceitar indiferentes que um grupo de **"verdes" fanáticos alemães** destrua o "stand" brasileiro da EMBRATUR na Feira de Turismo de Milão, cobrindo-o de **areia, sangue e lama**?... (Chamá-los de "ecologistas" seria injuriar os ecologistas profissionais). E como aceitar serenamente que um **Senador Americano** (Kasten) afirme de público que (textualmente) "ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles (brasileiros), mas de todos"?

Como aceitar com indiferença a **atitude ostensiva externa** de "convidar, pagar despesas e fes-

tejar caciques"... para depoimentos ingênuos e induzidos no exterior, com o propósito de levantar tribos indígenas ("latifundiários pobres"...) e incitá-los a opor-se "a priori" a quaisquer projetos de aproveitamento racional e controlado da Amazônia? Não será, provavelmente, para que se constituam "territórios cativos" para **gáudio e gozo** dessas escassas populações indígenas... Quem sugeriu, organizou, convocou e financiou a reunião dos caiapós e outros (mais de 300: com transporte, manutenção etc.) para impedir a instalação da hidroelétrica de Kararaó?... Ninguém duvida que se tornaram "massa ingênua" de manobra dos **verdadeiros interessados**...

Não seria um equívoco imaginar que "a maior riqueza do Brasil é a preservação **incólume e estática** da Amazônia"? Sob o pretexto de que é o "único pulmão do mundo", proibir-se **toda e qualquer utilização**, não seria condenar a Amazônia ao **imobilismo**, descartando-a do mundo atual e futuro? Por que outras nações "liquidaram" com seu outro pulmão..., nossa Amazônia deve "pagar o pato"?

Seria **equívoco, exagero** ou **ingenuidade** admitir-se que essa "orquestração sincronizada" divulgue **sistematicamente** informes **alarmantes e generalizados** sobre a destruição da Amazônia, considerada inclusive como a causa da última seca nos Estados Unidos, como se os 35.000 Km² queimados fossem "mais poderosos" que o conjunto de desertos americanos... ou as correntes aéreas que

fluem do Pacífico sobre o hemisfério norte?

Entretanto, outras "verdades" deveriam ser também conhecidas e refletidas pelos interessados (daqui e de fora) nesta "festa da histeria Amazônica"...

- a **hiléia amazônica** é o ecossistema mais preservado da terra; agora talvez, mais do que os próprios pólos gelados da terra, onde está comprometido até mesmo o ozônio; considerado o maior "deserto verde" do mundo, a Amazônia conserva, no mínimo, 91% de suas florestas primitivas intactas;
- sendo tipicamente uma "rainforest" (de chuvas abundantes e sistemáticas) torna-se **praticamente imune** ao alastramento de incêndio florestal, ao contrário do que ocorre noutras regiões do Brasil, na Europa, no Japão, nos Estados Unidos, etc.;
- as "queimadas" (que a maioria dos brasileiros **condena**) são sempre limitadas: ocorrem na limpeza das áreas para culturas de subsistência ou pasto, em geral dentro da tradição e costume seculares próprios daquelas áreas e, quase sempre, marginais à floresta virgem: nos babaçuais, nas florestas abertas ou rarefeitas, nos campos, nos cerrados ou nas florestas sobre terra roxa, como ocorrem em Rondônia.

A **Agência de Proteção Ambiental Americana (EPA/USA)** acaba de divulgar os resultados de seu "primeiro Levantamento Nacional sobre Emissão de Substâncias Tó-

xicas", relativo a 1987, calculado sobre o registro de apenas 18.500 indústrias: essas indústrias vinham despejando diariamente cerca de 260 mil toneladas desse material em rios e lagos, cerca de 1 milhão de toneladas de poluentes no ar, enterrando (sem a devida proteção) outros 4 milhões de toneladas, importando assim no dobro do que os especialistas acreditavam aceitável, imaginando-se hoje bem mais elevados esses índices. Os técnicos identificaram 329 substâncias tóxicas, incluindo dezenas cancerígenas, outras desconhecidas e não regulamentadas. Dos 230 compostos despejados em rios, lagos e lagoas, cerca de 140 nunca foram mencionadas nas exigências do EPA (Cfr. O Globo, 14/04/89, p. 7).

Que efeitos deve produzir tudo isto, a começar pela "chuva ácida"? Tais fatos não constituem "privilégios" dos USA: os há certamente nos demais países do primeiro Mundo. Que "A Amazônia Pulmão do Mundo" (bela figura retórica, mas de péssima química) não lhes sirva de pretexto ou cortina para encobrir seus erros e omissões. Quanto a nós, parece-nos que, em termos de meio ambiente, nosso maior problema não reside na Amazônia (no máximo, com 9% comprometida), mas em nossas favelas, mocambos "et similia" e, em particular, no saneamento básico de nossas cidades (grandes, médias e pequenas), além de extensas classes muito pobres, sobretudo no norte e no nordeste.

Finalmente, o grande equívoco (daqui e de fora): o Brasil não pode abrir mão do aproveita-

mento racional, técnico e sustentado dos recursos da Amazônia, pois o Art. terceiro de sua Constituição diz explicitamente que "Constituem objetivos da República...: II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". O Brasil já fez, com boa tecnologia e êxito, o desenvolvimento racional do "cerrado", onde agora se estendem plantações de soja e de outros grãos, cuja comercialização regular será sua fronteira oeste. Mas o que fazer, por exemplo, com a abundante produção agrícola de Rondônia e de Tocantins? Como escoá-la?

OUTRAS OBSERVAÇÕES E CONCLUSÕES

Evidentemente, o Brasil (governo e sociedade), agora mais do que passado, pode e deve tomar providências efetivas (de curto, médio e longo prazos) que a questão amazônica reclama, não apenas para satisfazer a opinião pública, interna e externa (embora a externa pareça mais uma encenação ou um biombo para ocultar outros propósitos... tais como os da década dos 50), mas sobretudo porque é de nosso interesse e conveniência.

Além da ação efetiva dos Ministérios adequados e dos respectivos Estados amazônicos envolvidos, o Governo conta hoje com técnicos e instituições brasileiras capacitados a estudar, reformular, planejar e executar tare-

fas e ações específicas nesse sentido, tais como: IBDF, BASA, INPE, SUDAM, DNPM, IPEA, CPRM, CVDR, SUFRAMA, NAEA DA UFPa, Instituto de Pesquisas da Amazônia, Instituto Emílio Goeldi, PETROBRÁS, ELETROBRAS, DOCEGEO, EMBRAPA, IBGE, Hidroservice, Grupo Caemi, etc.

É evidente também que o Brasil deverá acolher **toda real contribuição** que vier do exterior para esse objetivo, particularmente as de natureza técnico-científica e financeira. Mas, certamente, não vai aceitar a "**proposta oficial**" da **Associação Mundial de Ecologia** e de 10 outros países para o "tombamento da floresta amazônica, em território brasileiro" (Cf. "O Globo", 04/03/89, p. 9): seria o tombamento demais da metade do Brasil... É ingenuidade, utopia, desconhecimento ou ousadia?

É preciso que a União, os Estados e os Municípios (esta é uma **tarefa comum**, de responsabilidade indivisível), através de seus órgãos e instituições encarregadas "ex-ofício" do assunto, apliquem com **rigor e presteza** os dispositivos pertinentes da nossa Constituição e das leis já existentes, possivelmente complementados por novos estatutos, diretrizes e planos.

Torna-se indispensável disciplinar as atividades florestais e mineradoras da Amazônia, em particular as **madeireiras, serrarias, fornos de carvão vegetal e o garimpos**, e até mesmo a **caça e a pesca**. Aliás, à garimpagem deveriam tocar áreas **especiais e adequadas** a essa atividade **complementar**, onde custos e outras

dificuldades (p. ex., implantação de maquinaria pesada) não justificariam os empreendimentos industrializados que, por sua vez, devem ser **condicionados, controlados e responsabilizados** por suas transgressões.

Diferentemente do que ocorreria há duas ou três décadas, pelos efeitos da **comunicação difusa** que hoje se processa no Brasil, a **consciência ecológica** (que já permeia inclusive nossa juventude) contagiou **parte ponderável** da sociedade brasileira. Respalda-se ela agora não apenas em sua organização institucional (Título VIII, Capítulo VI da "Constituição da República Federativa do Brasil"), mas ainda em sua representação política e nas leis complementares pertinentes, garantindo assim melhores definições de princípios e de práticas, e exigindo sua observância no setor, sob pena de ilegalidade.

Ainda que o objetivo dessa "polêmica amazônica" seja aparentemente justo e aceitável (preservar a floresta amazônica contra as agressões que este ecossistema vem sofrendo), essa é uma **responsabilidade e tarefa** brasileiras, dispensando-se a "tutela externa" ou "condicionalidades políticas"... inaceitáveis por qualquer nação soberana.

Tal como no regime nacional, na organização do Estado ou nas características de sua sociedade, também na **administração de seus recursos** não cabe ingerência externa.

Mas o Brasil aceitará, com responsabilidade e sabedoria, a contribuição da comunidade técnico-científica internacional que,

por sua competência, possa ajudá-lo a evitar erros de outras nações e sanar os aqui cometidos.

A "história" é velha... Em 1946, surgiu na Unesco a idéia de fundar um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica; em 1948, assinou-se nesse sentido a Convenção de Iquitos (Peru), de que se absteve o Brasil, temendo fosse iniciativa de "trustes" desgastados pela guerra... O assunto cresceu no mundo... e depois morreu, mantendo-se apenas o princípio de que cada pessoa tem uma opinião, antes mesmo de ter uma convicção... E agora retorna o tema que, entre outras facetas, apresenta duas novas bandeiras: a da defesa do meio ambiente e a da sobrevivência dos índios. Soberana, porém, esperemos continue apenas a bandeira nacional.

Como subestimamos a preocupação ecológica do mundo, em troca o mundo subestimou nossa sensibilidade política... A ambos, talvez, falte mais prudência ou bom senso, para não dizer senso comum. É possível até que o chamado senso comum seja o menos comum dos sentidos...

É preciso evitar dois extremos: o dos ecologistas ingênuos, que desejariam fosse a Amazônia apenas uma reserva extrativista ou, pior ainda, uma região incólume e invulnerável (imobilismo), e a dos "xenófobos", que não admitem sequer opiniões sensatas do exterior.

Na verdade, os ingênuos cometem três equívocos:

a) esquecer que a história da humanidade se confunde com a

tentativa de controle e uso das forças e virtudes da natureza;

b) admitir que, sem a ação predatória do homem, as espécies se conservariam, o que culparia o homem pelo desaparecimento dos dinossauros e de outras espécies pré-históricas;

c) esquecer os mecanismos naturais de regeneração ecológica, que tornam a natureza mais resistente do que se imagina.

A proposta do "lago amazônico", do Hudson Institute americano, deixaria hoje perplexos os "verdes" do hemisfério norte; uma idéia, aliás, que contou inclusive com simpatias de organismos internacionais que, hoje, estremece diante de qualquer modesto projeto hidroelétrico na área.

Na realidade, o que mais nos deve preocupar é que a ocupação da Amazônia é objeto de fantástica ignorância internacional: é transmitida à opinião pública externa (como notícia "quente"...) por meia dúzia de correspondentes jornalísticos de "ignorância especializada" em assuntos de natureza técnico-científica.

Parece-nos que o programa do governo brasileiro, "Nossa Natureza", a ser lançado em breve, poderá receber consideração e respeito, interno e sobretudo externo. Se isto não ocorrer, certamente se repete o velho preconceito: dividir o mundo entre capazes e incapazes, preconceito aliás colonialista, base da ideologia dos séculos XVIII e XIX.

A natureza é um bem comum da sociedade, sendo o homem parte

indissociável dela e, sem dúvida, a mais nobre e eminente. Assim, isolar a natureza circunstante de sua sociedade seria uma forma de "sacralização aberrante": seria desfigurá-la. Importante, pois, não é a natureza em si mesma, mas esta como bem e benefício do homem que nela e dela vive.

Assim, quem quiser continuar com a descabida metáfora de "Amazônia-Pulmão do mundo" deveria cuidar pelo menos, de emendá-la para Amazônia-Pulmão de sua sociedade.

Dissemos que houve e há **erros e abusos** na ocupação de nossa Amazônia: o próprio governo brasileiro os reconhece e se dispõe a começar a repará-los, a partir da **suspensão de certos incentivos fiscais**, que se mostraram incompatíveis e até desastrosos... pelas flagrantes agressões àquela natureza e a seu ecossistema de mecanismos ainda mal conhecidos. Mas conviria lembrar que não foram erros de "patente e registro nacional"... Isto e "coisas mais"... ocorrem no primeiro mundo: agora mesmo, soube-mos do desastre ecológico na **região ártica**, com vazamento de petróleo nos mares do Alasca, desastre enorme, mas não único, pois há outros do mesmo tipo (faz pouco, dois outros vazamentos semelhantes ocorreram na **Antártica**) e com a mesma origem.

Os que atribuem a si próprios (em exclusividade suspeita) a **capacidade** de preservar a natureza e o **aprendizado** dos erros do passado, são os mesmos que introduziram a "**civilização da abundância**", que a genuína consciência ecológica desmascara hoje co-

mo "**civilização do desperdício**"; são os mesmos que, na fixação dos **preços do petróleo**, não consideraram nem suas características de matriz energética não renovável, nem os custos do combate à poluição que seu consumo maciço produziria, e cujos ônus pretendem agora "socializar"...

Parece-nos, assim, que as primeiras providências brasileiras (o Programa **Nossa Natureza**) são, de certa forma, também uma resposta a essa "socialização", chamada de "abdicação de soberania", "internacionalização da Amazônia", etc. E por que? Porque a "**civilização da abundância e do desperdício**" não surgiu em benefício dos mais pobres, mas às suas custas; nem podem ser responsabilizados por saques à natureza os que continuam, ainda hoje, sem condições de atender às suas necessidades básicas de sobrevivência.

Não pretendemos apenas corrigir nossos erros: desejamos ainda que os "capazes" de fora corrijam também os desequilíbrios de uma ordem internacional, responsável direta por muitos erros e indutora de outros.

Em qualquer hipótese, deve haver um **comprometimento total da sociedade brasileira** (particularmente dos que a ocupam e dela vivem) com a **preservação da Amazônia**, mas sempre ressaltando que não se pode excluir seu **desenvolvimento econômico harmonizado**. É preciso, pois, "naturalizar" o homem e "humanizar" aquela natureza.

A população da **Amazônia legal** (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, oeste do

Maranhão, Mato Grosso e Tocantins: cerca de 12.900.000 habitantes) pode ficar tranqüila: não será largada à sorte ... não será marginalizada nem condenada ao ostracismo ou ao imobilismo. A

Amazônia não é "museu", "laboratório" ou uma "chasse gardée" da humanidade. É, antes de tudo, uma **terra promissora**, sobretudo de seu povo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO Estatístico do Brasil IBGE, 1987/88.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia - um pouco antes e além depois**. Manaus: Calderato, 1977. (Coleção Amazoniana-I)

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: IOB, 1988.

GEOGRAFIA Econômica da Amazônia. Belém: Banco do Amazônia, 1973.

NOSSO Futuro Comum. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, ONU. Trad. FGV, Rio de Janeiro, 1988.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 04 março 1989, p.9.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 14 abril 1989, p.7.

OLIVEIRA; Ney Coe. **A importância da mineração para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1985. (mimeo)

_____. **Produção e perspectivas do ouro brasileiro**. Rio de Janeiro. FGV, 1987. (mimeo, com alguns trechos em **Conjuntura Econômica**, FGV)

THE ECONOMIST NEWSPAPER. London, febr. 1989, p.18-24.